

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2269 - PE (2019/0242299-0)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

**REQUERENTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**

**ADVOGADOS : CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO - PE019357  
EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS - PE028240  
KAMYLLA VIEIRA DINIZ - PE038876  
JOCELIA PACHECO MOREIRA FARIAS - PE035601  
ANNA KATARINA COLARES DAVID DE ALENCAR - PE039060  
FILIPE JOSÉ BACELAR DA COSTA - PE042214**

**REQUERIDO : MARIA CRISTINA DE MEDEIROS**

**ADVOGADOS : DANIELLE TORRES SILVA BRUNO - PE018393  
JOÃO PAULO DE FREITAS RODRIGUES - PE029463  
MANOEL ANTÔNIO BRUNO NETO - PE000676A**

## EMENTA

**AGRAVO INTERNO NA TUTELA PROVISÓRIA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. COMPETÊNCIA.**

*1. Inadmitido o recurso especial com base em decisão prolatada em sede de recursos repetitivos e desprovido o agravo interno interposto na origem não há devolver-se a questão, novamente, agora em sede de agravo em recurso especial.*

*2. Pretensão de concessão de efeito suspensivo a agravo rem recurso especial tendo em vista a formulação de execução provisória pelos segurados.*

*3. Existência de expedientes, dentro do cumprimento provisório de sentença, a evitar dano irreparável ao executado. Precedentes.*

*4. Fumus boni iuris pautado na competência que sequer poderia ser devolvida a esta Corte Superior em sede de agravo em recurso especial. Prognóstico desfavorável.*

*5. Orientação de fundo, ademais, que se concilia com o posicionamento desta Corte e que, ainda, acabaria por encontrar outros óbices, pois a depender da análise do comprometimento do FCVS.*

**6. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.**

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino  
Relator